

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

1 ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES
2-CONCIDADES PARANÁ, realizada no dia dez de junho de 2010, com início às nove
3 horas, na sala Kioto do Hotel Nikko, localizado na Rua Barão do Rio Branco 546, com a
4 presença dos Senhores Conselheiros: **1)Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento**,
5 suplente, segmento Movimento Sociais e Populares, entidade Confederação Nacional
6 das Associações de Moradores –CONAM; **2)Ana Carmen de Oliveira**, suplente,
7 segmento Área de Trabalhadores, entidade Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do
8 Estado do Paraná – SINDARQ/PR **3)Ana Cláudia Bento Graf**, suplente, segmento
9 Observadores Órgão Governamental, entidade Procuradoria Geral do Estado – PGE;
10)4)Anselmo Schwertner, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares,
11 entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM; **5)Carlos Alberto Lima**,
12 titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade CONAM/ACASCC;
13)6)Daniel Teixeira da Cruz, suplente, segmento Poder Público Municipal Executivo,
14 entidade Associação dos Municípios da Região Sudoeste do Paraná- AMSULEP;
15)7)Elaine Stalbaum, titular, segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade
16 Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP; **8)Elizabeth Bueno**
17)Cândido, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Central de
18 Movimentos Populares- CMP; **9)Hilma de Lourdes Santos**, suplente, segmento
19 Movimentos Sociais e Populares, entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia -
20 MNLM; **10)Jefferson Wanderlei Pallú**, suplente, segmento Área Empresarial, entidade
21 Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de Campo Largo- ACICLA; **11)José**
22)Aparecido Leite, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Instituto
23 Brasileiro dos Deficientes Visuais em Ação – IBDVA; **12)Kurt Nielsen Junior**, suplente,
24 segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios do
25 Sul do Paraná- AMSULPAR; **13)Leovalda Rodrigues Moreira**, suplente, segmento
26 Observadora da Sociedade Civil, entidade Conselho Regional de Serviço Social –
27 CRESS; **14)Luiz Antonio de Oliveira Rosa**, titular, segmento Observador ONG,
28 entidade Centro de Estudos Políticos e Culturais Ernesto Che Guevara; **15)Luiz Carlos**
29)da Silva Herlain, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Central
30 de Movimentos Populares – CMP; **16)Maria das Graças Silva de Souza**, titular,
31 segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade União Nacional por Moradia
32 Popular –UNMP; **17)Maria Helena Gusso Mattos**, titular, segmento Poder Público
33 Estadual, entidade DETRAN-Pr; **18)Mario César Marcondes**, titular, segmento Poder
34 Público Municipal Legislativo, entidade Câmara Municipal de Telêmaco Borba;
35)19)Mirabel Caldeira Lopes, suplente, segmento Área Empresarial, entidade
36 Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu – ACIFI; **20)Pépe Roberto**
37)Salvatierra Maldonado, titular, segmento Poder Publico Municipal Executivo, entidade
38 Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná- AMCESPAR; **21)Ronald Peixoto**
39)Drabik, titular, segmento Área Empresarial, entidade Associação Comercial e Industrial
40 de Cascavel – ACIC, **22)Sérgio Ahrens**, titular, segmento Área Profissional Acadêmica
41 e de Pesquisa, entidade Centro Nacional de Pesquisas de Florestas–
42 CNPF/EMBRAPA/Florestas; **23)Silvio José Gonçalves**, titular, segmento Movimentos
43 Sociais e Populares, entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM;
44)24)Simone Fátima Campos Cogo, suplente, segmento Poder Publico Estadual,
45 entidade Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hidricos – SEMA;

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁴⁶**25)Sirlei Cesar de Oliveira**, suplente, segmento Área de Trabalhadores, entidade
⁴⁷Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado
⁴⁸do Paraná- FETRACONSPAR/NCST; **26)Urânia Flores da Cruz Freitas**, suplente,
⁴⁹segmento Poder Publico Federal, entidade Superintendência do Patrimônio da União –
⁵⁰SPU; **27)Valdir Aparecido Mestriner**, titular, segmento Área de Trabalhadores,
⁵¹entidade Central Única de Trabalhadores – CUT/SINDIURBANO/PR; **28)Valdir**
⁵²**Grígolo**, suplente, segmento Área Empresarial, entidade Associação Comercial e
⁵³Empresarial de Guarapuava – ACIG; **29)Valter Fanini**, titular, segmento Área de
⁵⁴Trabalhadores, entidade Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - SENGE.
⁵⁵Presentes como visitantes: **Vanessa Tonoko, Aline de Souza, Jocieli Majewski,**
⁵⁶**Larissa Antijana, Adrienne Jeher, Natália Loures, Terezinha Aparecida de Lima,**
⁵⁷**Ricardo Medina** e presentes também o Senhor **Mário João Figueiredo**, Diretor Geral
⁵⁸da SEDU e o Senhor **Antonio Weinhardt Junior**, Secretário Executivo do Conselho
⁵⁹Estadual das Cidades. A pauta para a presente reunião é a seguinte: **1.** Abertura
⁶⁰Regimental; **2.** Informes da Secretaria Executiva; **3.** Aprovação da pauta; **4.** Leitura e
⁶¹aprovação da ata da 4ª reunião extraordinária; **5.** Leitura e aprovação da ata da 9ª
⁶²reunião ordinária; **6.** Indicação da Comissão Coordenadora que auxiliará o Presidente e
⁶³a Secretaria Executiva conforme Art.12, I, II, III e IV e §1º e § 2º do Regimento Interno;
⁶⁴**7.** Avaliação da 4ª Conferência Estadual das Cidades pelos Coordenadores Executivos
⁶⁵da Coordenação Executiva Estadual; **8.** Relatório final da Comissão Estadual Recursal
⁶⁶e de Validação – CERV item de pauta sugerido pelo conselheiro Valdir Mestriner; **9.**
⁶⁷Encerramento. Com a verificação de quorum foi dado início a reunião e realizada a
⁶⁸convocação para compor a mesa os membros da Comissão Coordenadora. O senhor
⁶⁹Antonio Weinhardt Junior faz a apresentado o novo Diretor Geral da
⁷⁰SEDU/PARANACIDADE o senhor Mário João Figueiredo, que representará o novo
⁷¹Secretário do Desenvolvimento Urbano do Paraná e presidente do conselho estadual
⁷²senhor Wilson Bley Lipski. Na continuidade foi dada a palavra para o senhor Mário
⁷³João Figueiredo que se apresenta informando que é técnico concursado do estado
⁷⁴lotado na SEDU e que está atualmente ocupando o cargo de Diretor Geral desta
⁷⁵secretaria. Informa que tem acompanhado desde o início a construção do conselho
⁷⁶estadual através de informações obtidas dos participantes da SEDU e que substituirá o
⁷⁷senhor Wilson Bley Lipski na condução dos trabalhos daqui em diante. Considera que o
⁷⁸conselho estadual tem avançado apesar das dificuldades encontradas em sua
⁷⁹formação e por seu ineditismo. Relata também sua atuação na área da participação
⁸⁰popular, seu envolvimento com a questão das discussões comunitárias em bairros,
⁸¹orçamento comunitário participativo e outras passagens neste sentido afirmando que
⁸²este rumo de participação junto às administrações públicas é trabalhoso, mas os
⁸³resultados atingidos são sempre melhores. Declara também que é necessário se cuidar
⁸⁴nas discussões e nos encaminhamentos das questões pessoais e corporativas para
⁸⁵que o resultado coletivo sempre se sobreponha aos interesses individuais e para que
⁸⁶as corporações não aparelhem o conselho, pois temos corporações fortes aqui dentro e
⁸⁷que conquistaram seus espaços também com muita luta. Temos que considerar que
⁸⁸este conselho tem segmentos diferenciados e que geram conflitos e que o debate
⁸⁹resultante das divergências engrandece e fortalecem as decisões tornado-as mais
⁹⁰concretas e as conduz para o atingimento de sua finalidade que é o bem público e seus

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁹¹resultados devem servir para que o poder público as utilize. Conclui sua apresentação
⁹²e propõe que a mesa composta da Comissão Coordenadora assuma os trabalhos e
⁹³que fará intervenções se assim achar necessário ou for convocado para tanto. A
⁹⁴condução dos trabalhos passam para o conselheiro Valdir Mestriner que saúda os
⁹⁵novos conselheiros que iniciam seus mandatos e dá início a reunião com os informes
⁹⁶da Secretaria Executiva que trata do novo gabinete formado na
⁹⁷SEDU/PARANACIDADE como Secretário de Estado e Presidente do CONCIDADES
⁹⁸PARANÁ o senhor Wilson Bley Lipski que já conhecemos e o Diretor Geral o senhor
⁹⁹Mário João Figueiredo que já se apresentou. Continua com a relação dos conselheiros
¹⁰⁰que justificaram ausência na reunião que são: Carlos Roberto Bittencourt da SEAB,
¹⁰¹Lídia Tomoco Miyagui Mizote da COMCAM, Maria Felomena Sandri da ADEMA,
¹⁰²Urânia Flores da SPU/PR, Jerson Godóy Leski da AEANOPAR, Carmen Menna
¹⁰³Barreto Gomes da SEDU/PARANACIDADE e Sara Regina Gorsdorf da Terra de
¹⁰⁴Direitos. Foi apresentada também a justificativa do conselheiro Denilson Pestana da
¹⁰⁵FETRACONSPAR. A seguir é apresentado a nova composição do Poder Público
¹⁰⁶Municipal concluindo desta forma o rodízio das entidades deste segmento que
¹⁰⁷ocuparão as vagas do terceiro ano do primeiro mandato. As entidades e seus
¹⁰⁸representantes são apresentados: AMUNOP – Celso Benedito da Silva, AMSULPAR –
¹⁰⁹Kurt Nielsen Junior, AMSULEP – Daniel Teixeira da Cruz, AMSOP – Elaine Stalbaum,
¹¹⁰COMCAM – Lídia Tomoco Miyagui Mizote e AMCESPAR – Pepe Roberto Salvatierra
¹¹¹Maldonado. Dando continuidade a pauta o conselheiro Valdir Mestriner passa para o
¹¹²item 3 que trata da Aprovação da Pauta e submete a mesma a aprovação e pergunta
¹¹³se há manifestação sobre o assunto. O conselheiro José Leite sugere como item de
¹¹⁴pauta a ser incluído informações aos Delegados que irão participar da 4ªCNC em
¹¹⁵Brasília, pois existem dúvidas deste procedimento. O senhor Mário Figueiredo alega
¹¹⁶que não é necessário colocar como item de pauta, mas que deve ser tratado como
¹¹⁷informe da situação que está sendo já encaminhada pela secretaria e apresenta o
¹¹⁸senhor Gilmário Ferraz que está presente na reunião como a pessoa encarregada
¹¹⁹pela SEDU/PARANACIDADE para tratar dos assuntos da Conferência Nacional e que
¹²⁰possui informações para divulgar. O conselheiro Valdir Mestriner considera que as
¹²¹informações são importantes e devem ser discutidas e propõe que seja então incluído
¹²²na pauta um item referente a Conferência Nacional que entraria na sequência dos
¹²³assuntos como item 9 antes do encerramento. O conselheiro Silvio Gonçalves faz
¹²⁴uma ponderação sobre o assunto referente ao GT de Prevenção e Mediação de
¹²⁵Conflitos Fundiários Urbanos como uma possibilidade de ser incluído na pauta. O
¹²⁶senhor Valdir Mestriner coloca que este tema foi debatido no dia anterior quando da
¹²⁷reunião conjunta das Câmaras Técnicas e informa que ficou definido que grupo fará
¹²⁸um encontro dentro do prazo de até 20 dias contados desta reunião ordinária para
¹²⁹tratar de assuntos que foram pautados na reunião conjunta das Câmaras Técnicas e
¹³⁰como não há mais manifestação encerra este item. A seguir é feita a leitura do item 4
¹³¹que trata da Aprovação da Ata da 4ª reunião extraordinária informando que o
¹³²tratamento acordado no conselho é para destaque quanto ao seu conteúdo uma vez
¹³³que a Ata é distribuída juntamente com a Pauta antes da reunião e que a leitura é
¹³⁴dispensada e se não houver destaque a Ata é aprovada. Pergunta então se a
¹³⁵destaque nesta Ata e o conselheiro Carlos Alberto Lima solicita a inclusão de seu

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

¹³⁶nome uma vez que esteve presente a reunião e seu nome não consta da Ata e em
¹³⁷não havendo mais nenhuma consideração foi aprovada a Ata da 4ª reunião
¹³⁸extraordinária pelos presentes. O conselheiro Valdir Mestriner passa então para o item
¹³⁹5 que trata da Leitura e aprovação da 9ª reunião ordinária e pergunta se alguém tem
¹⁴⁰algum destaque. Como não houve nenhuma manifestação foi aprovada pelos
¹⁴¹presentes a Ata da 9ª reunião ordinária. Passando para o item 6 que trata da
¹⁴²indicação da Comissão Coordenadora que auxiliará o Presidente e a Secretaria
¹⁴³Executiva conforme Art.12, I, II, III e IV e §1º e § 2º do Regimento Interno da final da
¹⁴⁴10ª reunião ordinária até os trabalhos regimentais da 11ª reunião ordinária o
¹⁴⁵conselheiro Valdir Mestriner informa que este item de pauta era realizado
¹⁴⁶normalmente no final das reuniões mas como o quorum nem sempre era
¹⁴⁷representativo e devido a dificuldades na escolha dos representantes a Secretaria
¹⁴⁸Executiva passou este item para o início da reunião onde o quorum é mais qualificado
¹⁴⁹e conclui dizendo que esta Comissão Coordenadora é composta por um
¹⁵⁰representante de cada segmento e abre inscrição para os interessados em participar e
¹⁵¹informa que não havendo interessados passa-se então as indicações pelo plenário.
¹⁵²Como não houve interessados o conselheiro Valdir Mestriner pondera que há
¹⁵³condições de fazer as indicações e após considerações ficou definida assim a próxima
¹⁵⁴Comissão Coordenadora: **Movimentos Sociais e Populares** - Carlos Alberto
¹⁵⁵Lima - CONAM/ACASC; **Poder Público** - Pepe Roberto Salvatierra
¹⁵⁶Maldonado - AMCESPAR; **Área de Trabalhadores** - Sirlei Cesar de
¹⁵⁷Oliveira - FETRACONSPAR/NCST; **Área Empresarial** - Mirabel Caldeira
¹⁵⁸Lopes - ACIFI; **Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa** - Sérgio
¹⁵⁹Ahrens - CNPF Embrapa Florestas; **Organizações Não-**
¹⁶⁰**Governamentais** - Sara Regina Gorsdorf - Terra de Direitos. Em
¹⁶¹continuação a pauta o conselheiro Valdir Mestriner passa para o item 7
¹⁶²que trata da Avaliação da 4ª Conferência Estadual das Cidades pelos
¹⁶³Coordenadores Executivos da Coordenação Executiva Estadual e coloca
¹⁶⁴que existe uma dificuldade neste tema pois esta avaliação deveria ser
¹⁶⁵conduzida pelos Coordenadores Executivos mas deveria ser feita por
¹⁶⁶toda Coordenação Executiva que é composta de 16 conselheiros e
¹⁶⁷encaminha que podem ser feitas algumas considerações individuais
¹⁶⁸pelos conselheiros que poderão servir como orientação para a próxima
¹⁶⁹conferência estadual e pergunta se a secretaria poderia iniciar este
¹⁷⁰procedimento e depois abrir a palavra aos demais e passa a palavra
¹⁷¹para o presidente "ad hoc" Mário Figueiredo que inicia dizendo que pode
¹⁷²fazer algumas colocações no que diz respeito a parte executiva da
¹⁷³conferência estadual que foi a parte que coube a
¹⁷⁴SEDU/PARANACIDADE. Prossegue Mario Figueiredo dizendo que em
¹⁷⁵primeiro lugar houve engajamento muito grande por parte da SEDU, de
¹⁷⁶seus funcionários e de todos os setores do estado envolvidos para
¹⁷⁷viabilizar a conferência estadual da melhor forma possível. Este
¹⁷⁸engajamento das secretarias e órgãos estaduais foram feitos uma parte
¹⁷⁹na área de infraestrutura e outra trabalhando no conteúdo da
¹⁸⁰conferência estadual em conjunto com a Coordenação Executiva

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

¹⁸¹Estadual e continuamente no fomento as conferências municipais. Em
¹⁸²segundo lugar foi a ocorrência muito positiva da participação do
¹⁸³conselho estadual na condução do processo ficando o Estado como
¹⁸⁴apoio as deliberações encaminhadas pela Coordenação Executiva
¹⁸⁵mostrando desta maneira um grande amadurecimento que funcionou
¹⁸⁶muito bem e coloca que para facilitar este encaminhamento das
¹⁸⁷avaliações seria interessante determinar alguns tópicos para servir de
¹⁸⁸orientação para as intervenções dos conselheiros que queiram se
¹⁸⁹pronunciar e sugere: a participação dos segmentos na conferência
¹⁹⁰estadual foi equilibrado?; a questão do conteúdo dos temas das
¹⁹¹palestras, do tempo das palestras e o conteúdo das discussões, a
¹⁹²infraestrutura da conferência foi adequada? o que faltou?; e os
¹⁹³resultados ou seja quesitos que temos a exaltar e quesitos que temos a
¹⁹⁴evitar para deixarmos registradas e numa próxima conferência estes
¹⁹⁵aspectos sirvam de orientação, e por último o resultado, qual foi o
¹⁹⁶resultado prático da conferência? Ela teve um resultado significativo? O
¹⁹⁷esforço foi muito grande, foi investido muito recursos e muito tempo
¹⁹⁸para executar a conferência estadual e tem que haver um sentido que
¹⁹⁹justifique toda esta energia dispendida, não pode ser um resultado pífio,
²⁰⁰é isto que coloco para dar continuidade nesta avaliação do conselho
²⁰¹estadual. O conselheiro Carlos Lima sugere acrescentar como item a ser
²⁰²avaliado a Política. Fica definido o tempo de três minutos para as
²⁰³intervenções com as inscrições sendo controladas pela mesa e serão
²⁰⁴tratadas em bloco sendo as cinco primeiras inscrições no primeiro bloco
²⁰⁵e depois pausa para algumas considerações da mesa ou da presidência
²⁰⁶e posteriormente será aberta inscrição para o segundo bloco e assim
²⁰⁷por diante. Aberta as inscrições para o primeiro bloco inscrevem-se os
²⁰⁸conselheiros e por ordem de inscrição são iniciadas as intervenções. O
²⁰⁹conselheiro Valdir Mestriner como primeiro inscrito dá início a avaliação
²¹⁰considerando que as mesmas tem sido contínuas desde o início do
²¹¹processo da conferência com a formação da Coordenação Executiva e
²¹²que o primeiro procedimento do grupo que foi a elaboração do
²¹³Regimento da Conferência Estadual já não considerou o enquadramento
²¹⁴correto das entidades nos segmentos. A falta deste mecanismo
²¹⁵esclarecedor causou inúmeras dificuldades no andamento das
²¹⁶conferências municipais e na organização da conferência estadual, e
²¹⁷que é necessário que conste em Regimento e também no Regulamento
²¹⁸qual é o enquadramento das entidades nos seus respectivos segmentos
²¹⁹e quais entidades podem ou não participar do processo das etapas das
²²⁰conferências das cidades e que tenham atuação na área de
²²¹desenvolvimento urbano. É necessária também a exigência que a
²²²pessoa que quer participar da conferência estadual tenha participado de
²²³conferência municipal. Outra questão é a necessidade de uma reunião
²²⁴da Coordenação Executiva Estadual da conferência estadual para
²²⁵aprovação do relatório final e que este relatório seja trazido ao pleno do

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

²²⁶ conselho estadual antes de ser enviado a Coordenação Executiva
²²⁷ Nacional e MCidades. A seguir o conselheiro Sirlei Cesar de Oliveira
²²⁸ tem a palavra e coloca que inicialmente quer parabenizar a SEDU pela
²²⁹ estrutura e pelo apoio técnico disponibilizado em Foz do Iguaçu. O
²³⁰ funcionamento da conferência estadual ocorreu dentro do princípio da
²³¹ normalidade e fazendo avaliação dos temas e de tudo que foi proposto
²³² em Foz do Iguaçu percebemos que foi fruto dos debates ocorridos nas
²³³ conferências municipais e acredito foi o espaço político de debate das
²³⁴ bandeiras de cada segmento e o resultado prático que podemos
²³⁵ considerar é o da defesa das propostas paranaenses, devemos defender
²³⁶ a bandeira do Paraná e defender em Brasília o resultado da conferência
²³⁷ estadual com as propostas que foram exaustivamente debatidas de
²³⁸ maneira democrática e civilizada, temos que deixar de lado as questões
²³⁹ individuais das entidades e defender as propostas coletivas resultado da
²⁴⁰ nossa conferência estadual. Temos que reafirmar a grande participação
²⁴¹ do Paraná que sempre tem se destacado em eventos nacionais com sua
²⁴² organização, pelo entendimento dos temas e pela defesa dos temas
²⁴³ resultantes. E indaga a SEDU como está o andamento do documento
²⁴⁴ entregue ao governador na conferência estadual que foi resultado do
²⁴⁵ seminário do conselho estadual recomendando que o trabalho realizado possa
²⁴⁶ traduzir-se em uma mensagem legislativa que institucionalize o CONCIDADES
²⁴⁷ PARANÁ. Em seguida a palavra é passada a convidada Terezinha
²⁴⁸ Aparecida de Lima que coloca a necessidade de retomar a discussão
²⁴⁹ das entidades e de seu enquadramento nos segmentos pois houve
²⁵⁰ entidade que foi para a conferência estadual compondo um segmento e
²⁵¹ lá na conferência a CERV realocou para outro segmento e todo trabalho
²⁵² realizado pelo entidade para definição de seus representantes para as
²⁵³ vagas de Delegados Nacionais e Conselheiros Estaduais foi
²⁵⁴ comprometido. Outra questão é com relação a infraestrutura aos
²⁵⁵ portadores de deficiência que ficaram em hotéis distantes e também ²⁵⁶ com
relação ao grupo de apoio que não funcionou e foi definido apoio ²⁵⁷ somente
aos cadeirantes deve ter apoio também para deficientes visuais ²⁵⁸ que tem
que circular em ambientes desconhecidos e com muita pessoas. ²⁵⁹ Em
seguida o conselheiro Pepe Salvatierra Maldonado coloca que como
²⁶⁰ delegado oriundo de município identifica as dificuldades nos
²⁶¹ encaminhamentos municipais e que existe falha nestes
²⁶² encaminhamentos pois dentro dos municípios os temas não foram
²⁶³ abordados plenamente e a colaboração nos temas estaduais acabaram
²⁶⁴ ficando comprometidos. Em seguida a palavra é passada ao conselheiro
²⁶⁵ Carlos Alberto Lima que considera que já foi dito do avanço da
²⁶⁶ conferência que é a consolidação da participação do conselho que
²⁶⁷ administrou, implementou e dirigiu o processo no estado em conjunto
²⁶⁸ com a SEDU. É importante ressaltar que a participação da sociedade
²⁶⁹ neste processo se deu de forma organizada e que muita iniciativa existia
²⁷⁰ para desorganizar as conferências mas a atitude firme do conselho

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

271 estadual evitou que ocorresse um mal maior e o resultado está aí para
272 confirmar que o entendimento mantido foi correto e o conceito
273 empregado e que foi amplamente debatido aqui dentro não privilegiou
274 ninguém e nem foi levado para o lado pessoal de quem quer que seja.
275 Esta questão do projeto de lei é fundamental pois saímos da conferência
276 estadual com o compromisso de consolidar o conselho estadual para
277 não correremos o risco de uma administração futura desconstruir o que já
278 foi construído desde a primeira conferência das cidades. A questão de
279 Brasília é bem claro pois as propostas do Paraná tem que ser levada
280 aos segmentos nacionais. Concluiu dizendo que esta conferência
281 estadual foi a melhor que ele participou até o momento e alerta para nas
282 questões de hotéis e acomodações das entidades onde foram
283 observados pequenos problemas para que se tome cuidado fazendo
284 tratamento igualitário com todos os segmentos para não comprometer o
285 trabalho desenvolvido e não parecer favorecimento de um ou outro
286 segmento. A palavra é passado ao conselheiro Sílvio José Gonçalves
287 que parabeniza o conselho estadual e a SEDU pelos trabalhos da
288 conferência estadual e enaltece a necessidade do encaminhamento do
289 documento que prevê a legalização do CONCIDADES PARANÁ como
290 forma de seu fortalecimento e sua independência. Com relação a
291 participação na conferência, o tempo para os debates ficou
292 comprometido pela abertura política em função das alterações que
293 ocorreram ela é legítima mas se for para ter a extensão que teve que se
294 programe mais tempo também para a conferência. Com relação a
295 infraestrutura apesar dos problemas com apoio somente aos deficientes
296 cadeirantes como foi falado a escolha dos hotéis próximo ao local da
297 conferência foi muito boa e facilitou para todos que se hospedaram
298 neles, e é necessário se precaver com as inscrições dos delegados que
299 houve algumas confusões que podem ser evitadas, principalmente com
300 os delegados municipais. Neste momento foi finalizado o primeiro bloco
301 e o membro da Comissão Coordenadora e conselheiro Ronald Peixoto
302 Drabik salienta que o assunto mais recorrente nas falas dos
303 conselheiros foram os problemas ocorridos em função da classificação
304 que cada município no geral deu para o enquadramento das entidades
305 nos segmentos, pois estes debates ocorreram nos municípios, na
306 Coordenação Executiva Estadual, no conselho estadual e acabou se
307 estendendo até Foz do Iguaçu onde ainda lá na conferência estadual
308 estava sendo necessário a intervenção da CERV para resolver
309 pendências, o que gerou um desgaste que poderia ter sido evitado se
310 houvesse mais clareza da natureza das entidades nos respectivos
311 segmentos e sua qualificação na atuação na área de desenvolvimento
312 urbano. Com relação a defesa das propostas do Paraná na conferência
313 nacional é um tema que temos que trabalhar junto aos nossos
314 representantes eleitos para que isto ocorra e que estas propostas
315 tenham defesa quando colocadas nos debates nacional. Neste momento

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

³¹⁶a palavra é passada ao senhor Mário Figueiredo que acata as críticas
³¹⁷feitas pelos conselheiros e não irá fazer defesa por considerá-las
³¹⁸necessárias para o processo de evolução e amadurecimento inclusive
³¹⁹das relações do poder público com a sociedade civil. Continuou
³²⁰considerando que há de se enaltecer a luta de todos, conselho estadual
³²¹e SEDU, no sentido de garantir a participação equilibrada da sociedade
³²²nas conferências municipais e na conferência estadual. Outra questão é
³²³o comprometimento dos delegados na conferência estadual, foi
³²⁴estabelecido contatos constantes para verificar e garantir a ida e a
³²⁵presença dos delegados dos segmentos custeados e não tivemos o
³²⁶mesmo empenho no retorno das informações e acabou que tivemos um
³²⁷custo razoável de desperdício dentro de um orçamento apertado, pois
³²⁸pagamos alimentação e hospedagem que ficaram comprometidas mas
³²⁹que não foram utilizadas. O senhor Mário Figueiredo continua suas
³³⁰considerações dizendo que a questão levantada que diz respeito a
³³¹acessibilidade é um dos temas centrais do conselho e foi um ponto
³³²tratado com muito seriedade pela SEDU na escolha dos locais e no
³³³apoio aos mesmos, uma das dificuldades são os hotéis que não são
³³⁴todos que possuem atendimento para cadeirantes, o transporte na
³³⁵cidade também não atende, não tem veículo para prestar o serviço a
³³⁶este tipo de deficiência, foi verificado que mesmo sendo uma cidade
³³⁷considerada turística e a segunda em termos de importância no Paraná
³³⁸pouco tem a oferecer nos quesitos de plena acessibilidade a
³³⁹cadeirantes. Continuando sua intervenção o senhor Mário Figueiredo diz
³⁴⁰que houve manifestação de conselheiro perguntando sobre o andamento
³⁴¹do documento entregue ao governador na conferência estadual e
³⁴²acrescenta que se buscou informações a respeito e foi verificado que já
³⁴³foi iniciado recentemente um procedimento de protocolo e a situação
³⁴⁴atual é que o processo está andando formalmente e protocolado. E para
³⁴⁵concluir suas considerações coloca que a questão orçamentária já está
³⁴⁶sendo apreciada para o próximo ano com solicitação de
³⁴⁷encaminhamento das necessidades feitas a toda secretaria e que o ano
³⁴⁸de 2011 tem uma particularidade que é a elaboração do Plano Pluri
³⁴⁹Annual – PPA feito para quatro anos a cada novo mandato de governador
³⁵⁰e serve de base para os orçamentos do segundo ano do mandato novo
³⁵¹até o primeiro ano do mandato seguinte. Neste momento o conselheiro
³⁵²Valdir Mestriner encaminha a segunda rodada e abre inscrição na mesa
³⁵³para quem quiser se manifestar. Feitas as inscrições é dado início a
³⁵⁴segunda rodada com as considerações do conselheiro Silvio José
³⁵⁵Gonçalves que coloca como encaminhamento a possibilidade de ser
³⁵⁶incluído no mesmo processo da legalização do conselho estadual a
³⁵⁷inclusão do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social que foi
³⁵⁸criado por lei mas até o momento o seu conselho gestor não realizou
³⁵⁹nenhuma reunião. Com relação aos temas do Paraná na conferência
³⁶⁰nacional já na conferência passada que foi a 3ª conferência nacional

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

361 muito proposta estadual foi aprovada e mostra que não houve dispersão
362 nos momentos dos debates como foi colocado aqui e também devemos
363 tratar estas questões referentes a propostas estaduais de maneira
364 tranquilidade, pois estamos participando de uma conferência nacional e
365 não podemos ser simplesmente bairristas e defender só propostas do
366 Paraná temos de ter coerência nos debates e as propostas boas para
367 todo o Brasil e que atenda ao interesse maior da população é que deve
368 prevalecer. Em seguida a palavra é passada para a conselheira Maria
369 das Graças Silva de Souza que inicia dizendo que sua avaliação da
370 conferência estadual foi ótima no geral, houve dificuldade no
371 encaminhamento dos Delegados indicados pelas entidades de
372 representação estadual quanto ao transporte de ida e volta de Foz do
373 Iguaçu que acabou sendo resolvido dois dias antes da conferência
374 estadual comprometendo as indicações de representantes e só depois
375 de muita insistência dos Movimentos Sociais, e antes que tenhamos o
376 mesmo problema para a conferência nacional onde teremos também
377 Delegados Nacionais indicados, agora pelas entidades de abrangência
378 nacional dos Movimentos Sociais e Populares, quero saber da secretaria
379 quais providências estão sendo tomadas para fazer o transporte de ida ³⁸⁰e
380 volta de Brasília para podermos indicar os nossos 10 ou 12
381 representantes, ainda não está definido este número, que lá deverão
382 estar? A palavra é passada ao conselheiro Valdir Mestriner que inicia
383 dizendo que no final da sua fala anterior colocava a necessidade de
384 discutir o relatório final da conferência estadual na plenária do conselho
385 pois é ele o responsável pela conferência. Com relação ao projeto de lei
386 encaminhado ao governador na conferência estadual me preocupa o
387 compromisso assumido e o encaminhamento só agora quando um grupo
388 de entidades solicitou informações da situação através de envio de
389 pedido protocolar. A seguir a palavra é passada ao conselheiro Luiz
390 Carlos da Silva Herlain alegando a dificuldade de reunir os
391 Coordenadores Executivos e como Secretário Executivo desta
392 coordenação fez suas considerações sobre o processo político feito na
393 4ª CEC e solicita que este seu depoimento, que será lido, conste da ata:
394” Carta ao Conselho das Cidades, 4ª Conferência das Cidades do Paraná - Avaliação
395 do Secretário da Coordenação Executiva. Senhoras e senhores. A Democracia
396 representativa e direta que conseguimos com a realização da 4ª-Conferência das
397 Cidades do Paraná, em Foz do Iguaçu em 2010, estratifica o que alcançamos como
398 Sociedade e Estado na construção coletiva de elaboração de documentos de intenção
399 de Políticas Públicas Urbanas no nosso Estado como contribuição para o nosso País.
400 O CONCIDADE PR movimentou mais 2/3 dos Municípios e milhares de delegados e
401 observadores e trabalhadores envolvidos de forma direta e indireta o que significa que
402 envolveu parcela significativa da população do Estado na construção de elaboração
403 efetiva de uma política pública com participação direta da sociedade, com relativa
404 democracia e com civilidade urbana. O resultado Político da 4ª Conferência das
405 Cidades do Paraná, escondido dos meios de comunicação em geral, reflete na

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁴⁰⁶sociedade paranaense a nossa incapacidade de poder de transformação social, que
⁴⁰⁷tem neste ano mais uma vez a dura prova de escolher governantes, escolhidos pelas
⁴⁰⁸articulações Partidárias que obedece a padrões rígidos de privilégio de escolhas
⁴⁰⁹algumas famílias bastarda paranaenses para homologação pelo povo no sufrágio
⁴¹⁰universal. A Democracia que o povo brasileiro constrói de baixo para cima nas
⁴¹¹conquistas das Leis escritas na Constituição Brasileira, foi razoavelmente praticada na
⁴¹²luta de disputas de espaços políticos desde a 1^a- até a 4^a-Conferencia das Cidades do
⁴¹³Estado do Paraná consolidando a luta popular e social com trabalhadores
⁴¹⁴empregados e empregadores em conjunto com não governamentais e acadêmicos e
⁴¹⁵minimamente alcançamos relações Institucionais com civilidade e urbanidade com o
⁴¹⁶Governo do Estado do Paraná e com os Governos Municipais. Agradeço a confiança
⁴¹⁷da tarefa que me foi confiada de secretário da coordenação executiva, em minha
⁴¹⁸opinião devemos uma avaliação coletiva após a Conferencia Nacional, para
⁴¹⁹cumpriremos os objetivos que nos propusemos de passar para nova composição do
⁴²⁰CONCIDADES Paraná, a nova Lei Constitucional Ordinária no Paraná que propicia
⁴²¹melhores condições políticas para continuidade da Política de Desenvolvimento
⁴²²Urbano deste Estado. Em acordo com a entidade que represento Central de
⁴²³Movimentos Populares, cumpro esse mandato até o final e como fiz de público na 4^a-
⁴²⁴Conferencia das Cidades do Paraná passo e me dedicar exclusivamente a contribuir
⁴²⁵com os Municípios. Meu respeito e admiração a todas as pessoas envolvidas, assina
⁴²⁶Luiz Herlain”. Continua o conselheiro Luiz Herlain dizendo que é necessário abrir
⁴²⁷espaços para as avaliações e que a coordenação teve dificuldades políticas na sua
⁴²⁸condução e que estas dificuldades acabaram refletindo nos trabalhos institucionais,
⁴²⁹estas questões políticas foram principalmente do movimento popular e que é
⁴³⁰necessário superar estas individualidades para que as mesmas não atrapalhem o
⁴³¹processo e que sirvam para melhorar a nossa condição que já é boa mas pode ser
⁴³²muito melhor. A palavra é passada para a convidada Terezinha Aparecida de Lima
⁴³³que coloca que concorda com as questões levantadas da postura na conferência
⁴³⁴nacional mas gostaria de dar um alerta quando na defesa das propostas do Paraná
⁴³⁵que é o que acontece quando são colocadas as propostas de outros estados que
⁴³⁶acabam somando-se as propostas originais e há a contribuição na alteração do texto,
⁴³⁷melhorando-o, que contempla a maioria das propostas, inclusive a do Paraná.
⁴³⁸Gostaria de considerar a questão do apoio aos deficientes e afirmar que devem ser
⁴³⁹serviços prestados a todos e que o auxílio também aos deficientes visuais são
⁴⁴⁰necessários pela condição encontrada em cada conferência que são milhares de
⁴⁴¹pessoas e ambientes novos que não são fáceis de serem vencidos e que podem
⁴⁴²comprometer nossa integridade física, apesar de ter sempre o apoio de um braço de
⁴⁴³um companheiro o serviço de apoio nos garante o direito de ir e vir em qualquer
⁴⁴⁴ambiente desconhecido. Em seguida a palavra é passada para o conselheiro José
⁴⁴⁵Aparecido Leite que inicia dizendo que em relação a nossa conferência tenho que dar
⁴⁴⁶parabéns a este conselho pela condução dos trabalhos e a SEDU pelo apoio que deu
⁴⁴⁷a este conselho para a realização da 4^aCEC. Gostaria de falar sobre as questões da
⁴⁴⁸acessibilidade, pois temos uma Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade
⁴⁴⁹Urbana e é entendimento do conselho nacional que a Acessibilidade que tanto
⁴⁵⁰falamos faz parte dessa Mobilidade Urbana e que como foi falado sobre as condições

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁴⁵¹ das calçadas, hotéis e transportes em Foz do Iguaçu durante a 4ªCEC e no envio de
⁴⁵² uma correspondência a Prefeitura daquela cidade que fosse encaminhada
⁴⁵³ correspondência também a todos hotéis que hospedaram os delegados paranaenses
⁴⁵⁴ sobre o fato da precariedade no aspecto da acessibilidade nestes locais. É necessário
⁴⁵⁵ que tratemos estas contratações de locais de eventos colocando na sua avaliação na
⁴⁵⁶ contratação de pelo menos uma pessoa que pode ser um técnico que entenda do
⁴⁵⁷ assunto para verificar se aquele local atende as normas vigentes, ABNT e legislação
⁴⁵⁸ atual, ou mesmo uma pessoa com deficiência para validar a contratação do local e
⁴⁵⁹ dos ambientes para que sejam de uso adequado e acessível e complementa dizendo
⁴⁶⁰ da sua dificuldade nestes ambientes inadequados que atendem parcialmente ou
⁴⁶¹ equivocadamente as normas vigentes. Segue a segunda rodada de considerações e a
⁴⁶² palavra é passada para a conselheira Hilma de Lourdes Santos que inicia dizendo que
⁴⁶³ na sua avaliação a organização da conferência estadual foi ótima apesar da
⁴⁶⁴ participação em grande número de delegados algumas pessoas não entenderam o
⁴⁶⁵ espírito da conferência e pouco participaram dos debates ficando alheias aos
⁴⁶⁶ encaminhamentos das propostas ou só foram com a intenção de conseguir uma vaga
⁴⁶⁷ para a conferência nacional o que é um desperdício de dinheiro público e deverá
⁴⁶⁸ servir para estarmos atentos a próxima conferência, pois também somos responsáveis
⁴⁶⁹ por essas atitudes. E espero também maior atenção aos segmentos que necessitam
⁴⁷⁰ do auxílio para poderem encaminhar seus delegados para que as providências não
⁴⁷¹ fiquem para a última hora comprometendo os trabalhos que são desenvolvidos nas
⁴⁷² entidades destes segmentos e aproveita a oportunidade de passar uma relação de
⁴⁷³ delegados indicados pela sua entidade de âmbito nacional para irem a conferência
⁴⁷⁴ nacional com custeio da SEDU para o transporte de ida e volta a Brasília uma vez que
⁴⁷⁵ a hospedagem e alimentação são providenciadas pelo Mcidades e entrega na para
⁴⁷⁶ que seja deliberada na reunião a providência para os delegados indicados. Neste
⁴⁷⁷ momento dá-se por encerrada a segunda rodada de debates e o senhor Mário João
⁴⁷⁸ Figueiredo assume a palavra para as considerações a respeito dos posicionamentos
⁴⁷⁹ dos conselheiros colocando inicialmente o assunto levantado sobre a acessibilidade
⁴⁸⁰ dizendo da necessidade de se enviar correspondência sobre este assunto a Prefeitura
⁴⁸¹ de Foz do Iguaçu para que a mesma tome conhecimento destas dificuldades e possa
⁴⁸² se adequar como uma cidade turística de grande importância que é e procure resolver
⁴⁸³ seu passivo no que diz respeito ao tema e questões como essa só iram se resolvendo
⁴⁸⁴ à medida que a sociedade faça as solicitações e exijam providências constantemente.
⁴⁸⁵ Com relação ao apoio dado aos que precisam por qualquer tipo de deficiência que
⁴⁸⁶ seja, primeiro teríamos que receber estas informações para providenciarmos esse
⁴⁸⁷ apoio sempre que identificada à necessidade pois algumas pessoas que
⁴⁸⁸ necessitavam desse serviço levaram seu próprio acompanhante, e segundo podemos
⁴⁸⁹ ter tido alguma falha neste sentido e por isto estamos aqui fazendo estas avaliações
⁴⁹⁰ para errarmos menos nas próximas vezes e avisa que está sabendo agora dos
⁴⁹¹ representantes delegados indicados a conferência nacional e que inicialmente
⁴⁹² desconhece qualquer possibilidade de viagem pois as passagens para os delegados
⁴⁹³ nacionais que são custeados pela secretaria já foram compradas com bastante
⁴⁹⁴ antecedência o que possibilitou a compra de passagens aéreas pelo custo menor que
⁴⁹⁵ outro tipo de transporte e como ocorreu na conferência estadual este assunto vem de

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

496 última hora e irá se verificar se existe alguma possibilidade para resolver a questão.
497 Dada por encerrada a segunda rodada é aberta inscrição para a terceira rodada sobre
498 a avaliação da 4ªCEC. Inicia a terceira rodada o conselheiro Jefferson Wanderlei Pallú
499 que parabeniza a organização da conferência estadual dizendo que houve uma
500 atuação ativa e aplicada e que as críticas existem somente para quem trabalha e
501 realiza alguma coisa e quer deixar registrado que participou de uma reunião nesta
502 manhã junto com companheiro do CONCIDADES PARANÁ sobre a criação do
503 conselho municipal de Campo Largo e que se houvesse no estado os conselhos
504 municipais funcionando em todos os municípios questões como a apresentada na
505 área da acessibilidade poderia o conselho estadual solicitar ao conselho municipal
506 daquela cidade que tomasse as providências evitando a correspondência a Prefeitura
507 e o próprio conselho municipal atuaria fazendo a solicitação e o acompanhamento
508 para que as providências sejam tomadas. Em seguida a palavra é passada ao
509 conselheiro Carlos Alberto Lima que se pronuncia sobre o que chama de
510 prefeiturização, pois quando falamos de Municípios temos que fazer uma
511 diferenciação entre Município e Prefeitura porque lamentavelmente muita das
512 estruturas administrativas no primeiro nível da federação foram criados para
513 simplesmente atender demandas políticas e interesses localizados, nem sequer tem
514 condições orçamentárias de arcar com seus compromissos administrativos de sua
515 competência e é necessário clareza nesta questão e tenho solicitado uma postura
516 deste conselho estadual sobre este o tema: “o que é o município”, pois o conselho
517 estadual é cobrado abre espaço para a representatividade, não tem a
518 representatividade e fica sem ação na hora de definir questões deste nível, e deve
519 criar normas objetivas para estes casos e também sobre o estamos discutindo aqui e
520 diz respeito a acessibilidade e mobilidade que é mais uma questão técnica e Foz do
521 Iguaçu é o segundo referencial turístico de Brasil. Estamos num processo de crítica a
522 nós mesmos, estamos fazendo uma avaliação criteriosa dos pontos fracos e estamos
523 avançando e que ninguém duvide do que o avanço político deste conselho que nós
524 que participamos de outros conselhos sabemos disto. Me preocupa a questão de
525 Brasília que sabemos como funciona a conferência nacional, nós temos um espaço
526 nacional para debate e interlocução e representatividade porque o Paraná é um dos
527 mais aguerridos e defensores da unidade nacional, da representatividade e da
528 diversidade territorial nesse país, precisamos estar presentes todos os segmentos, e
529 apesar da surpresa colocada hoje sobre o envio dos conselheiros indicados pelas
530 entidades de âmbito nacional, solicito um cuidado para o tratamento desta matéria
531 pois precisaremos de todos os representantes do Paraná em Brasília. Na sequência a
532 palavra é passada para o conselheiro Anselmo Schwertner que faz a “mea culpa”
533 como membro da Comissão de Mobilização de alertar sobre a possibilidade de Itaipu
534 ajudar na questão do transporte dos cadeirantes durante a conferência estadual e
535 apesar da surpresa colocada aqui já é do hábito desde a primeira conferência
536 nacional o custeio dos delegados nacionais indicados pelas entidades mas como
537 normalmente o transporte era feito de ônibus e sobrava lugar estes conselheiros eram
538 colocados junto com os delegados estaduais. Para concluir como participante da
539 conferência apoio as avaliações feitas até agora e não devemos descuidar sobre a
540 questão deste conselho estadual ser deliberativo e trazer o conselho gestor do Fundo

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

541 de Habitação para dentro da SEDU, dentro do CONCIDADES PARANÁ para que a
542 discussão política do FEHIS do Paraná passe pelo conselho estadual. Em seguida a
543 palavra é passada para o conselheiro Sirlei César de Oliveira que inicia dizendo que a
544 crítica faz parte das avaliações e só é criticado quem tenta fazer e isto é um ponto
545 positivo, pois os erros serão corrigidos e erros iguais não se repetirão e deveremos
546 avançar mais desta maneira. Com relação aos trabalhos da conferência estadual o
547 nosso segmento dos Trabalhadores foi muito bem atendido recebendo informações
548 constantemente, inclusive sobre a ida e a hospedagem a Foz do Iguaçu a organização
549 neste sentido foi ótima. Outra questão é o incentivo que o governo tem dado para a
550 criação dos conselhos municipais e já temos alguns instalados, mas temos ainda
551 muito trabalho a realizar e também temos que observar que existem conselhos
552 municipais instalados que tem uma postura política e acabam sendo constituídos de
553 acordo com a política local daquele momento e procuram conduzir além dos
554 conselhos o processo da conferência municipal de forma equivocada não atendendo
555 ao que preceituam o conselho nacional e estadual e acredito que todas estas
556 questões possam ser encaminhadas de maneira mais clara tornando os conselhos
557 das cidades com caráter deliberativo e o encaminhamento legislativo do nosso
558 conselho estadual assume importância fundamental para o atingimento deste objetivo.
559 A palavra é passada para o conselheiro Luiz Carlos da Silva Herlain que inicia suas
560 considerações dizendo que a questão concreta do processo que foi conseguida para
561 administrar politicamente a conferência decorreu da nossa situação do conselho de
562 caráter consultivo pois em sendo deliberativo poderíamos estar cuidando também da
563 questão orçamentária para o processo das conferências e esta não participação
564 nossa no orçamento fez com que o trabalho nas conferências municipais ficassem
565 comprometido pois ficamos dependentes das políticas e da forma de fazer política de
566 cada Município. Como sugestão dentro desta questão da avaliação a prioridade deste
567 conselho é fazer com que o documento entregue ao governador seja aprovada na
568 Assembléia Legislativa ainda nesse ano até dezembro nessa legislatura e paralelo a
569 discussão da lei fazer a discussão do orçamento para não ficarmos na dependência
570 de no começo do ano ficarmos sem orçamento como ocorreu no início desse ano no
571 processo de preparação para a conferência estadual. Em seguida a palavra é
572 passada para o conselheiro Mirabel Caldeira Lopes que diz que na sua avaliação a
573 conferência estadual foi de extraordinária importância para o conselho até porque foi
574 sua afirmação como instituição. Com relação ao que foi falado pela SEDU dos
575 Delegados que não compareceram e também não justificaram ausência vejo com
576 tristeza esta atitude pois o conselho tem que ter uma postura firme de não se servir do
577 erário público e estas pessoas deveriam, como condição mínima, ressarcir o erário
578 público dessas despesas pela falta de responsabilidade apresentada. Com relação à
579 carência dos serviços prestados aos portadores de necessidades especiais e
580 acessibilidade já é um processo identificado na comunidade e a minha entidade está
581 engajada neste processo e recomendo que a correspondência enviada ao Prefeito
582 seja repassada a minha Associação e também ao conselho municipal de Foz do
583 Iguaçu para que todos possamos ajudar nesta construção e equipar a cidade de
584 maneira adequada neste quesito da acessibilidade plena e dentro das normas
585 vigentes. Com relação às propostas paranaenses que irão a Brasília devemos

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

586 concentrar nossos esforços no sentido de defender essas questões que foram
587 debatidas nos nossos municípios. Neste momento a palavra passa para o conselheiro
588 Sílvio José Gonçalves que diz que a dificuldade encontrada para a presença em Foz
589 do Iguaçu de alguns desses delegados que não compareceram decorreu da falta de
590 transporte para ir a conferência estadual que ficou por conta das Prefeituras e houve
591 caso como em Maringá que houve represália da Prefeitura com relação ao transporte
592 dos delegados que até foram custeados para irem, mas não teriam custeio para
593 retornar e houve necessidade de recorrermos a secretaria para garantir o retorno
594 desses delegados e que felizmente foi resolvido. E isso é o que deve ter ocorrido para
595 que muito dos delegados não pudessem comparecer e houve esta falta que
596 infelizmente não foi justificada. Faço aqui a solicitação para que os delegados que
597 estão necessitando de transporte para comparecer a conferência nacional sejam
598 atendidos uma vez que já é de praxe este tipo de despesas, pois ocorreram em outras
599 conferências anteriores e são pessoas que se somaram à delegação paranaense para
600 defender nossas propostas. E conclui dizendo quanto aos conselhos municipais muito
601 deles estão sendo criados somente para cumprir uma formalidade exigida pelo
602 MCidades que para angariação de recursos federais os municípios tenham seus
603 conselhos formados, e teremos que intervir para que esta situação seja revisada e
604 não aconteça mais na formação dos novos conselhos municipais. Em seguida a
605 palavra passa a conselheira Maria das Graças Silva de Souza que complementa
606 dizendo que foi identificado que as inscrições dos delegados para a conferência
607 nacional que é feita pela SEDU acabou sendo efetuada de maneira incorreta pois ao
608 invés de colocar a entidade estadual a que uma entidade municipal está vinculada foi
609 colocada somente a entidade municipal e desta forma a Coordenação Executiva
610 Nacional não aceita pois para participar das conferências nacionais é necessário que
611 as entidades sejam de representação estadual ou nacional e por isso é que está
612 havendo vetos a alguns delegados nacionais eleitos na conferência estadual é preciso
613 corrigir estas inscrições. Em seguida a palavra é passada para o conselheiro Mário
614 César Marcondes que coloca como preocupação o que vem sendo falado em gastos,
615 em valores, pois vemos sendo colocado em audiência pública nos municípios a Lei de
616 Diretrizes Orçamentárias e quando falamos de valores temos que saber quanto
617 poderemos gastar e temos como tarefa orientar os conselhos municipais a respeito
618 dessa situação em função que tenho acompanhado estas audiências e tenho
619 verificado a pouca participação da comunidade e os conselhos municipais podem
620 cumprir essa tarefa e entrar na discussão da LDO. Em setembro é enviada para
621 normatização a LOA que dá o orçamento do ano que vem e de quanto cabe a cada
622 setor e devemos incluir o conselho estadual na participação da LOA para resolver a
623 situação colocada aqui em relação à questão orçamentária do conselho porque se
624 não estiver previsto em lei não se pode fazer nada. É importante lembrar também que
625 no ano que vem teremos novo conselho e novo governo e é o ano dos Planos Pluri
626 Anuais – PPAs e devemos envolver os conselhos municipais e o conselho estadual na
627 formalização desses PPAs. Com o final dos inscritos no terceiro bloco a palavra é
628 passada para o senhor Mário João Figueiredo que coloca considerações nas falas
629 apresentadas e diz que na questão de Itaipu está relacionada ao tamanho da
630 conferência e as dificuldades no número de participantes inscritos para participarem

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

631 quando tem que se escolher local que comporte este número e tentamos incluir Itaipu
632 que não tem também, dificuldades de restaurante que tem que próximo ao local do
634 evento. A Itaipu foi contatada e ela sempre demonstrou vontade de auxiliar e nos
635 ajuda um pouco financeiramente, mas não tinha condições de receber o evento todo.
636 Com relação às passagens para a conferência nacional realmente estes gastos não
637 foram previstos é no momento não tem como resolver, pois o que se gastou
638 anteriormente com as passagens compradas com antecedência agora se gastará para
639 comprar uma ou duas. Teremos cuidado com as solicitações e veremos como
640 resolver, mas atualmente não existe nada previsto. Para a questão política colocada é
641 necessário que tenhamos clareza que ela está presente nos setores e assuntos dos
642 conselhos, não há como evitar este tipo de situação que acontece inclusive na sua
643 composição, o que não podemos é partidizar os conselhos e tendo esse cuidado
645 nossa atuação não fica comprometida e é legítima. E a questão da acessibilidade de
646 Foz do Iguaçu o conselho estadual pode e deve colaborar nessa questão formando na
647 câmara técnica um grupo, por exemplo, que una os empresários da rede hoteleira e
648 do transporte coletivo levantando a questão e solicitando ao Prefeito medidas
649 urgentes, pois qualquer manifestação negativa e até internacional sobre o assunto
650 pode comprometer não só politicamente, mas também e muito economicamente e
651 isso terá reflexo em toda cidade que irá perder bastante com a situação se continuar
652 como se encontra, e por outro lado que seja chamado também o conselho municipal
653 para participar dos encaminhamentos. Concluindo suas considerações o senhor Mário
654 João Figueiredo coloca a sugestão de qualificação do conselho estadual que poderia
655 se realizar a cada reunião ordinária. Sua proposta é de qualificação técnica dos
656 conselheiros com a realização de palestras sobre temas de interesse como o que foi
657 trazido aqui por alguns conselheiros como as questões que envolvem o orçamento
658 público através do entendimento, por exemplo, do Plano Pluri Anual - PPA e da Lei de
659 Diretrizes Orçamentárias – LDO, objetivando orientações de como acontecem estes
660 momentos, de que forma se dá um mecanismo destes, como é seu encaminhamento
661 burocrático, etc, e poderia também a cada reunião escolher dentro das reuniões o
662 assunto a ser tratado na próxima reunião, não importa a maneira, mas o importante
663 seria estabelecer um procedimento que se realizasse dentro da periodicidade das
664 reuniões ordinárias e nós providenciaríamos os palestrantes com capacidade técnica
665 comprovada para a realização dessa atividade. A palavra passa para o conselheiro
666 Valdir Aparecido Mestriner que informa que está encerrada a terceira rodada de
667 debates e também esta encerrado as discussões deste item que tratou da avaliação
668 da 4ª CEC, e continua retomando a questão do ocorrido com o delegado de Maringá
669 que representa o poder público municipal e é também conselheiro nacional, senhor
670 Jurandir Guatassara Boeira, que além do procedimento com os delegados daquela
671 cidade relatado anteriormente também tumultuou a assembléia do poder público
672 municipal na conferência estadual no momento da escolha de seus representantes
673 para compor a 2ª gestão do CONCIDADES PARANÁ alegando que a alteração a
374 maior do número de conselheiros que constou do Decreto do governador prejudicou
375 aquele segmento o que não era verdadeiro e a questão só foi resolvida quando eu
676 como membro da Coordenação Executiva Estadual expliquei a situação que todos
677 compreenderam. O conselheiro Valdir Aparecido Mestriner continua dizendo que não

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁶⁷⁸é a primeira vez que há interferência desse mesmo conselheiro nacional nas questões
⁶⁷⁹do conselho estadual e muito pior foi sua atuação como Coordenador da Conferência
⁶⁸⁰Municipal de Maringá e sua atitude de represália aos delegados que representavam
⁶⁸¹aquela cidade e propõe uma Moção de Repúdio a ser levada a conferência nacional
⁶⁸²denunciando este tipo de comportamento de um membro do conselho nacional e
⁶⁸³propusesse que ele fosse excluído do conselho nacional das cidades e foi apoiado
⁶⁸⁴pelos presentes nesse momento. Em seguida a mesa coordenadora encaminha os
⁶⁸⁵assuntos restantes da pauta dizendo que ainda restam dois itens a serem tratados e
⁶⁸⁶pergunta se há encaminhamentos das questões colocadas até agora. O conselheiro
⁶⁸⁷Carlos Alberto Lima solicita a palavra dizendo que tem dois encaminhamentos a ser
⁶⁸⁸colocado para a plenária. Primeiro é que esse conselho saia com a resolução a ser
⁶⁸⁹encaminhada a Foz do Iguaçu e a todas as cidades turísticas paranaenses no âmbito
⁶⁹⁰da acessibilidade ou mobilidade e que esta resolução já seja feita aqui pelos
⁶⁹¹conselheiros interessados e estudiosos do tema e deve ser reportada especialmente
⁶⁹²para Foz do Iguaçu. A segunda questão é que se apresente aqui quem são os
⁶⁹³conselheiros indicados que irão a Brasília, pois não há mais tempo e esta indicação é
⁶⁹⁴para orientar a secretaria para ela poder tomar as providências necessárias para
⁶⁹⁵concretizar esta questão que a princípio está difícil. Os encaminhamentos são
⁶⁹⁶aprovados pelos presentes sem contestação. Em seguida é levantada a questão das
⁶⁹⁷Câmaras Técnicas que se reuniu conjuntamente e fez algumas deliberações que
⁶⁹⁸deveriam ser apreciadas no pleno do conselho estadual. Verificada a ausência na
⁶⁹⁹pauta de reunião foi solicitado à inclusão deste item que teve aprovação de todos os
⁷⁰⁰presentes. Em seguida foi acordado que a sequência da reunião se dará com os
⁷⁰¹relatos das Câmaras Técnicas sendo solicitado aos seus Coordenadores que se
⁷⁰²pronunciassem sobre os resultados da reunião conjunta ocorrida no dia anterior à
⁷⁰³reunião ordinária. Nesse momento o conselheiro José Aparecido Leite coordenador da
⁷⁰⁴Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana inicia o relato dizendo
⁷⁰⁵que a reunião conjunta das CT deliberou que as próximas reuniões sejam feitas
⁷⁰⁶separadas, isto é, cada Câmara Técnica realiza sua reunião com sua pauta
⁷⁰⁷específica, como era no início do conselho estadual e desta forma retomar alguns
⁷⁰⁸assuntos que ficaram pendentes em função do processo das conferências das
⁷⁰⁹cidades, quando ainda as reuniões eram separadas. E gostaria de sugerir que para a
⁷¹⁰Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana que poderia retomar o
⁷¹¹Seminário sobre Mobilidade e Acessibilidade Urbana para a próxima reunião discutir
⁷¹²data, formato, local e como fazer. Para os conselheiros novos que estão chegando
⁷¹³agora gostaria de acrescentar que as Câmaras Técnicas fazem parte do conselho
⁷¹⁴estadual e são muito importantes nas discussões específicas realizadas e a
⁷¹⁵participação de todo o conselho é fundamental para dar os encaminhamentos dos
⁷¹⁶assuntos pertinentes a cada CT e quem não participa das CT não está participando do
⁷¹⁷conselho e é necessário que todos façam sua opção de qual CT quer participar. A
⁷¹⁸palavra volta para a mesa coordenadora e o conselheiro Vladir Aparecido Mestriner
⁷¹⁹coloca que na reunião conjunta das CTs realizada também foi encaminhado a
⁷²⁰necessidade do Grupo de Trabalho de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários
⁷²¹Urbanos retomar suas atividades e que para tanto ficou a cargo da Secretaria
⁷²²Executiva agendar essa reunião num prazo de até 20 dias a contar dessa data com a

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁷²³pauta que ficou definida na reunião do dia de ontem. Em não havendo mais nenhum
⁷²⁴pronunciamento sobre o tema em pauta a reunião foi encerrada para intervalo de
⁷²⁵almoço às 12h10 com previsão de retorno conforme determinado na pauta para as
⁷²⁶14h00. No período da tarde, no mesmo local, após a verificação de quorum é
⁷²⁷reiniciada a 10ª reunião ordinária do Conselho Estadual das Cidades – CONCIDADES
⁷²⁸PARANÁ, às 14h00 com a composição da mesa coordenadora e em seguida o senhor
⁷²⁹Mário João Figueiredo que informa que ainda restam dois pontos de pauta a serem
⁷³⁰apreciados que é o item 8 - Relatório final da Comissão Estadual Recursal e de
⁷³¹Validação – CERV item de pauta sugerido pelo conselheiro Valdir Aparecido Mestriner
⁷³²e o item incluído na pauta que é o que irá tratar dos assuntos e informações da 4ª
⁷³³Conferência Nacional das Cidades. Neste momento a palavra é passada para o
⁷³⁴conselheiro Valdir Aparecido Mestriner que foi quem incluiu o assunto sobre do item 8,
⁷³⁵e que inicia suas considerações colocando que irá fazer a leitura do relatório final da
⁷³⁶CERV, que foram distribuídas cópias aos conselheiros e que no final da leitura a
⁷³⁷palavra ficará a disposição aos conselheiros que quiserem se pronunciar sobre o
⁷³⁸assunto. Inicia a leitura do relatório que tem o seguinte conteúdo: Curitiba, 09 de junho
⁷³⁹de 2010. À Secretaria Executiva do CONCIDADES PARANÁ, N/Capital. Assunto:
⁷⁴⁰CERV na 4ª Conferência Estadual do Paraná. Com relação aos trabalhos
⁷⁴¹desenvolvidos pela CERV durante a realização da 4ª Conferência Estadual das
⁷⁴²Cidades, pontuamos questões que consideramos de suma importância para as
⁷⁴³Conferências futuras. 1. Documento para a inscrição: Com o objetivo de uniformidade
⁷⁴⁴e identificação única que impossibilite, inclusive, duplas inscrições seria indicada a
⁷⁴⁵utilização de CPF como dado cadastrador para delegados e o CNPJ para entidades,
⁷⁴⁶exceção dos movimentos populares, sistema amplamente utilizado por organizações e
⁷⁴⁷órgãos do governo. Essa forma indica inclusive a grafia correta e completa do nome
⁷⁴⁸do inscrito. O documento de identidade seria utilizado somente no momento de
⁷⁴⁹retirada de crachá. 2. Carga horária de atividades da CERV: Embora tivessem sido
⁷⁵⁰indicados horários pré-agendados para as Reuniões da CERV, em razão de que
⁷⁵¹algumas questões que ficaram pendentes durante o processo, houve a necessidade
⁷⁵²de disponibilização em tempo integral para os ajustes que se fizeram necessários
⁷⁵³realizar, principalmente no que concerne aos acertos das inscrições nos segmentos
⁷⁵⁴corretos. Esse procedimento inviabilizou a participação dos componentes da CERV
⁷⁵⁵nas atividades dos grupos de trabalho. Além das questões acima apresentadas,
⁷⁵⁶apresentamos situação preocupante, que abaixo narramos e que acreditamos deva
⁷⁵⁷ter encaminhamentos pela Secretaria Executiva: Sr. Paulo, representante da
⁷⁵⁸Associação de Condomínios do Batel foi eleito como Delegado na Conferência
⁷⁵⁹Municipal de Curitiba e inscrito como tal para a Conferência Estadual. Paralelamente
⁷⁶⁰também se inscreveu como representante do Clube de Mães da Vila Torres. Nessa
⁷⁶¹inscrição pelo Clube de Mães foi utilizada a senha de acesso ao sistema da
⁷⁶²Conferência, através da Prefeitura com senha do Coordenador da Conferência de
⁷⁶³2007 – Sr. Augusto do Canto Neto. Fato este comprovado pelo Sr. Virgulino. É
⁷⁶⁴importante salientar que foram retirados da mesa de credenciamento os dois crachás
⁷⁶⁵de delegados para a participação na Conferência. Conforme denuncia do Sr. Borges
⁷⁶⁶dos Reis – Conselheiro representante do CREA. A CERV em função dos fatos acima
⁷⁶⁷descritos recomenda a Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU a

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁷⁶⁸instauração de Processo Administrativo para apuração aprofundada dos fatos
⁷⁶⁹narrados e encaminhamento do relatório final as autoridades competentes e ao pleno
⁷⁷⁰do CONCIDADES. Observou-se também que houve duplas inscrições principalmente
⁷⁷¹quando se tratava de Conselheiros Observadores suplentes das ONGS que foi inscrito
⁷⁷²automaticamente como Conselheiro e também foi inscrito pelo segmento empresarial
⁷⁷³por ocasião da realização das Conferências Municipais. Esta situação inclusive foi
⁷⁷⁴apresentada na CERV, onde havia essa duplicidade, os crachás foram retirados e o
⁷⁷⁵Delegado alegou que não havia retirado nenhum dos dois Credenciamentos. Ao ser
⁷⁷⁶chamado pela CERV para que pudesse explicar a dupla inscrição, o mesmo retirou e
⁷⁷⁷recolheu o recurso impetrado. 3. CREDENCIAMENTO DE OBSERVADORES: Os
⁷⁷⁸observadores devem ser credenciados em local separado do credenciamento dos
⁷⁷⁹delegados, tendo que houve varias ocorrências de troca de crachá de observador por
⁷⁸⁰delegado. 4 – Estrutura para a CERV: Recomenda-se que a CERV tenha garantido
⁷⁸¹que os trabalhos sejam realizados em sala exclusiva para esta finalidade.
⁷⁸²CONCLUSÃO: Consideramos importante levar ao conhecimento e registrar as
⁷⁸³questões pontuadas no item 1 , 2 e 3 bem como os fatos narrados, no sentido de
⁷⁸⁴como Conselheiros contribuir para melhorias nos processos de Conferência, que tem
⁷⁸⁵sido um espaço de debate, análise e proposição para a construção de políticas
⁷⁸⁶públicas que tornem nossas cidades mais humanas. Assinam o relatório os seguintes
⁷⁸⁷conselheiros: Valdir Aparecido Mestriner - Segmento Trabalhadores, Sara Regina
⁷⁸⁹Gorsdorf - Segmento Organizações não Governamentais, Sergio Ahrens - Segmento
⁷⁹⁰Academia e Pesquisa, Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento - Segmento Movimentos
⁷⁹¹Sociais e Joel Tadeu Correa representante da Coordenação Executiva Estadual. O
⁷⁹²conselheiro Valdir Aparecido Mestriner conclui o relatório acrescentando da
⁷⁹³necessidade de tomar providências quanto ao fato narrado porque a pessoa violou o
⁷⁹⁴sistema da conferência, cometeu falsidade ideológica porque ele não é representante
⁷⁹⁵da entidade pela qual ele se inscreveu e retirou os dois crachás na conferência
⁷⁹⁶estadual comprovando assim a má fé dessa pessoa e como CERV não temos
⁷⁹⁷condição de fazer nenhum encaminhamento, mas podemos solicitar a secretaria para
⁷⁹⁸tomar as providências ao caso. A seguir o senhor Mário João Figueiredo organiza a
⁷⁹⁹mesa coordenadora e abre inscrição para os conselheiros se manifestarem na
⁸⁰⁰primeira rodada de debates. A palavra é passada ao conselheiro Sílvio José
⁸⁰¹Gonçalves que comenta sobre o relatório e o caso apresentado em que está
⁸⁰²configurado a má intenção e é necessário alguma punição individual do tipo ficar uma
⁸⁰³ou duas etapas de conferências sem poder participar e também sem poder participar
⁸⁰⁴de conselhos das cidades. Com a palavra o conselheiro Luiz Antonio de Oliveira Rosa
⁸⁰⁵que se pronuncia solicitando esclarecimento se a senha utilizada que era de 2007 e
⁸⁰⁶foi usada em 2010 poderá se repetir em novas conferências ou se pode bloquear as
⁸⁰⁷senhas a partir de agora e outra questão é do problema que ocorreu na conferência
⁸⁰⁸estadual sobre a qualificação de entidades dentro dos segmentos se é possível
⁸⁰⁹esclarecer estas dúvidas evitando assim que chegue bem antes da realização das
⁸¹⁰etapas das conferências das cidades evitando assim qualquer possibilidade de
⁸¹¹desequilíbrio entre os segmentos. Em seguida a palavra é passada ao conselheiro
⁸¹²José Aparecido Leite que quer tirar uma dúvida sobre os nomes dos delegados eleitos
⁸¹³para a conferência nacional que a Comissão Nacional Recursal e Validação – CNRV

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁸¹⁴está questionando a legitimidade e também a que entidades estes delegados
⁸¹⁵pertencem. Em seguida a palavra é passada ao conselheiro Sirlei César de Oliveira
⁸¹⁶que informa que na conferência municipal de Guarapuava houve também uma
⁸¹⁷indicação dupla, uma pelo conselho estadual e outra pela prefeitura, envolvendo sua
⁸¹⁸pessoa, mas como conselheiro nato ele reteve a indicação feita pela Prefeitura em
⁸¹⁹seu nome e utilizou somente a que lhe cabia como conselheiro nato. A palavra é
⁸²⁰passada ao conselheiro Sérgio Ahrens que se apresenta como componente da CERV e
⁸²¹que gostaria de se pronunciar sobre o item quatro do relatório em que a CERV solicita
⁸²²exclusividade para funcionamento, pois o ocorrido em Foz do Iguaçu e que no
⁸²³ambiente dos trabalhos da comissão havia trânsito de pessoas que estavam também
⁸²⁴trabalhando, mas com atividades outras e os membros da CERV em determinados
⁸²⁵momentos se sentiram constrangidos em dar suas opiniões sobre os casos
⁸²⁶apresentados e em função disso foi feita à recomendação para que nos futuros
⁸²⁷eventos o ambiente de trabalho de comissões como a CERV sejam feitos de forma
⁸²⁸reservada e com privacidade. O conselheiro Valdir Aparecido Mestriner esclarece que
⁸²⁹no relatório da CERV está a recomendação de se colocar tanto no Regimento como
⁸³⁰no Regulamento para a próxima conferência estadual a clareza na qualificação das
⁸³¹entidades que podem participar pelo seu caráter e pela natureza de sua atividade que
⁸³²tem que ser na área de desenvolvimento urbano e em que segmento elas se
⁸³³enquadram, e passa a palavra para o senhor Gilmário Ferraz que está coordenando
⁸³⁴os trabalhos da SEDU nos encaminhamentos dos Delegados dos segmentos que
⁸³⁵serão custeados para o transporte de ida e volta a Brasília. O senhor Gilmário Ferraz
⁸³⁶coloca que foi recebido da Coordenação Executiva Nacional questionamento de
⁸³⁷algumas entidades e

que esta sendo solicitado dos seus representantes que se ⁸³⁸apresentem justificativas que
comprovem a atuação na área de desenvolvimento ⁸³⁹urbano ou abrangência regional ou
nacional delas. Os representantes que estão ⁸⁴⁰sendo questionados são: Emanuel Lêm
da Frente Afro-Brasileira de Cultura e ⁸⁴¹Estudos – Segmento Movimentos Sociais e
Populares, Euclides Almeida do Sindicato ⁸⁴²dos Trabalhadores nas Indústrias de
Alimentação – Segmento dos Trabalhadores e ⁸⁴³Paulo Pereira da Associação
Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas ⁸⁴⁴– Segmento Movimentos
Sociais e Populares, que já foram contatados e repassado ⁸⁴⁵aos mesmos a situação e
informado que a questão terá que ser resolvida diretamente ⁸⁴⁶com a CNRV ou
Coordenação Executiva Nacional e caso a questão não se resolva ⁸⁴⁷estará impedido de
participar da conferência nacional e também terá cancelado o ⁸⁴⁸custeio de suas
despesas. Neste momento o senhor Mário João Figueiredo tem a ⁸⁴⁹palavra e inicia
dizendo que a privacidade de trabalho da CERV é uma questão ⁸⁵⁰indiscutível e será
garantida daqui para frente e enaltece o trabalho desenvolvido pela ⁸⁵¹comissão que
sustentou a credibilidade e a respeitabilidade da quarta conferência ⁸⁵²estadual, e diz que
a CERV funcionou muito bem, pois funcionou antes, durante e ⁸⁵³está funcionando após e
está fazendo uma avaliação séria da conferência estadual e ⁸⁵⁴de seus trabalhos
apresentando um relatório final e pontuando situações excepcionais ⁸⁵⁵para que não
venham acontecer futuramente. Continua o senhor Mário João ⁸⁵⁶Figueiredo dizendo que
há uma sugestão no relatório para a SEDU fazer um ⁸⁵⁷procedimento investigatório e a
princípio imaginei que o conselho estadual poderia ⁸⁵⁸fazer uma comissão interna para

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

verificar a situação. O conselheiro Sérgio Ahrens ⁸⁵⁹pede a palavra e relata que na comissão foi feita uma consideração de como ⁸⁶⁰encaminhar este assunto e se chegou a conclusão que não é de competência dos ⁸⁶¹conselheiros promover o processo investigatório sobre o assunto, mas sim de ⁸⁶²servidores da SEDU e justifica que os conselheiros não têm acesso as instalações, ⁸⁶³não têm acesso à documentação e também não tem competência para fazer ⁸⁶⁴solicitação desta natureza. A palavra passa então para a conselheira Ana Cláudia ⁸⁶⁵Bento Graf que é representante da PGE que afirma que no âmbito do estado e do ⁸⁶⁶ponto de vista jurídico a PGE poderia solicitar a abertura de uma sindicância, mas ⁸⁶⁷para apurar fatos praticados por funcionários públicos estaduais que não é o caso, ⁸⁶⁸pois a pessoa não é funcionária pública estadual. Outra questão que pode encaminhar ⁸⁶⁹algum procedimento é se no ato de criação da CERV estava prevista alguma ⁸⁷⁰penalidade, ou no Regulamento da própria conferência que tenha alguma citação ou ⁸⁷¹indicação do que poderá ocorrer no caso de fraude e faz um acréscimo citando uma ⁸⁷²máxima do direito que é: "Não há pena sem lei anterior que a defina", e como não se ⁸⁷³tem uma pena anterior para esta prática nem em regulamento, nem em regimento e ⁸⁷⁴nem em estatuto faz uma sugestão que no próprio regulamento da próxima ⁸⁷⁵conferência estadual no que diz respeito às questões da CERV que conste a proibição ⁸⁷⁶dessa pessoa de participar das etapas das conferências e que o sistema usado na ⁸⁷⁷conferência estadual seja aperfeiçoado. Em seguida o senhor Mário João Figueiredo ⁸⁷⁸fica com a palavra e encaminha a questão dizendo que o conselho através da ⁸⁷⁹Presidência encaminhará um expediente a Prefeitura de Curitiba relatando o fato e ⁸⁸⁰solicitando averiguação já que há envolvimento de funcionário público municipal no ⁸⁸¹caso e pede que a Ana Cláudia Graf fique responsável por esta redação e encaminhe ⁸⁸²o texto para o seu e-mail mario@paranacidade.org.br que a secretaria fará o ⁸⁸³encaminhamento a Prefeitura. A outra questão a ser encaminhada é o procedimento ⁸⁸⁴da SEDU proposto pela conselheira Ana Cláudia Graf para verificação interna do ⁸⁸⁵sistema e finalmente as recomendações feitas para a próxima conferência estadual ⁸⁸⁶que sejam registradas para serem aproveitadas e utilizadas avançando no processo e ⁸⁸⁷dá por concluído este assunto e passa para o item de Informes e Procedimentos da 4^a ⁸⁸⁸Conferência Nacional das Cidades. A palavra é passada para o senhor Gilmário ⁸⁸⁹Ferraz coordenador dos trabalhos da SEDU para o transporte dos Delegados que ⁸⁹⁰serão custeados na ida e volta a Brasília que informa que estão sendo passadas as ⁸⁹¹orientações a todos os delegados, custeados ou não, sobre a conferência nacional e ⁸⁹²que as passagens para os delegados custeados estão compradas e o transporte será ⁸⁹³aéreo, pois a compra antecipada possibilitou a aquisição destas passagens. Foi ⁸⁹⁴providenciado também para os delegados que moram no interior do estado e que ⁸⁹⁵custeados o transporte rodoviário, possibilitando assim sua vinda a Curitiba e no ⁸⁹⁶retorno de Brasília sua volta à cidade de origem. A definição para o custeio de ⁸⁹⁷segmentos seguiu o mesmo critério utilizado no conselho nacional que abrange quatro ⁸⁹⁸segmentos que são: movimentos sociais e populares, trabalhadores, profissionais, ⁸⁹⁹acadêmicos e de pesquisa e as ong's. A palavra é passada ao conselheiro Luiz Carlos ⁹⁰⁰da Silva Herlain que coloca a reivindicação dos demais membros dos movimentos ⁹⁰¹sociais e populares que solicitaram que ele encaminhe uma solicitação para ⁹⁰²apreciação do plenário e para o registro em ata no que diz respeito ao transporte ⁹⁰³custeado aos delegados indicados por estas entidades, e o pedido é o seguinte: "Os

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁹⁰⁴conselheiros presentes na 10ª reunião do CONCIDADES PARANÁ solicitam o mesmo
⁹⁰⁵procedimento de praxe para delegados do segmento dos movimentos sociais e
⁹⁰⁶populares de todas as conferências passadas de atendimento das passagens para os
⁹⁰⁷delegados indicados pelas entidades nacionais para participação na quarta
⁹⁰⁸conferência nacional das cidades a ser realizada em Brasília em 2010”, e continua
⁹⁰⁹dizendo que há um processo de disputa e de mudança em função das eleições de
⁹¹⁰outubro e que é necessário somar esforços tanto para as questões do estado como
⁹¹¹para a realização do trabalho a ser efetivado na conferência nacional. Em seguida é
⁹¹²chamado um dos conselheiros responsáveis pelo texto da resolução da mobilidade e
⁹¹³acessibilidade urbana para que faça a sua leitura e se apresenta o conselheiro Mirabel
⁹¹⁴Caldeira Lopes que faz a seguinte leitura: ” Considerando: 1- que Foz do Iguaçu já
⁹¹⁵sediou todas as quatro edições das Conferências Estaduais das Cidades ocorridas no
⁹¹⁶Paraná desde 2003; 2- que desde a primeira edição se constatou precariedades nos
⁹¹⁷serviços oferecidos às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que visitam a
⁹¹⁸cidade; 3- que por ocasião da realização da quarta Conferência ocorrida no mês de
⁹¹⁹Abril próximo passado, os serviços continuam precários ou inexistentes; 4- que vários
⁹²⁰Delegados e Conselheiros Estaduais e Nacionais participantes da Conferência
⁹²¹sofreram com a precariedade dos serviços, especialmente quanto a mobilidade em
⁹²²relação ao transporte e acessibilidade às dependências dos hotéis (quartos com
⁹²³banheiros não adaptados, sem rampas ou com rampas inadequadas, elevadores
⁹²⁴desnivelados com degrau nas paradas dentre outros problemas), cujos acidentes
⁹²⁵foram inevitáveis; 5- que se constatou acidentes envolvendo pessoas com deficiência
⁹²⁶ou mobilidade reduzida nos hotéis por eles utilizados, nas calçadas públicas e nas
⁹²⁷rampas de acesso aos prédios públicos e privados; A Plenária do CONSELHO DAS
⁹²⁸CIDADES DO PARANÁ, Resolve: a- recomendar a todos os Municípios do Estado do
⁹²⁹Paraná, em especial aos dotados de infra-estrutura e equipamentos turísticos que
⁹³⁰tomem de imediato, as providências necessárias para adaptação de todos os
⁹³¹estabelecimentos relacionados ao atendimento do turista (meios de hospedagem,
⁹³²bares e restaurantes, atrações turísticas, agências de viagem, teatros e cinemas,
⁹³³estabelecimentos comerciais, veículos especiais privados e públicos), para atender às
⁹³⁴pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; b- que todas as instituições
⁹³⁵responsáveis (Governo do Estado do Paraná, Municípios, Empresas, Órgãos de
⁹³⁶Classe entre outros), promovam ações com vistas a adequação de todas as cidades
⁹³⁷do estado à Lei Federal 10098/2002, objetivando a aplicação prioritária do Estatuto
⁹³⁸das Cidades e do Decreto 5296/2004”. Como sugestão foi colocado para ser
⁹³⁹encaminhada cópia da resolução ao Ministério Público do Estado, especialmente ao
⁹⁴⁰Procurador-Geral de Justiça, à Promotoria de Justiça no Município de Foz do Iguaçu e
⁹⁴¹ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais. Colocada
⁹⁴²para aprovação a resolução foi aprovada por todos os presentes na reunião. Em
⁹⁴³seguida o senhor Mário João Figueiredo encaminha o item sugestão de pauta para a
⁹⁴⁴próxima reunião que também não estava prevista mas que faz parte da pauta
⁹⁴⁵regimental e abre as inscrições aos conselheiros para fazerem suas sugestões. O
⁹⁴⁶conselheiro Valdir Aparecido Mestriner que coloca como primeira sugestão o relatório
⁹⁴⁷final da quarta conferência estadual a ser fechado pela coordenação executiva
⁹⁴⁸estadual esta reunião deverá acontecer antes da próxima reunião, e na reunião a

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁹⁴⁹sugestão de pauta é: discutir o relatório final da quarta conferência estadual, avaliar o
⁹⁵⁰lançamento do projeto de lei, avaliação da conferência nacional, criar um grupo de
⁹⁵¹trabalho cujo objetivo é de acompanhar os conselhos municipais, deliberar sobre o
⁹⁵²que fazer com conselheiros que vem para a reunião com custeio da secretaria e não
⁹⁵³participa da reunião, discutir sobre o orçamento do conselho para 2011 e finalizando o
⁹⁵⁴relatório das câmaras técnicas. Em seguida toma a palavra o conselheiro Valter Fanini
⁹⁵⁵que sugere como item de pauta a avaliação da discussão da proposta da lei 212/08
⁹⁵⁶que trata de um modelo de gestão para a Região Metropolitana de Curitiba e que é
⁹⁵⁷aplicado a qualquer região metropolitana do Paraná. O conselheiro Luiz Carlos da
⁹⁵⁸Silva Herlain sugere como item de pauta a continuidade da discussão que foi aberta
⁹⁵⁹entre o CONCIDADES PARANÁ e o CONCITIBA sobre um terreno para executar uma
⁹⁶⁰Padaria Comunitária para a Associação A Força de Um Poder Maior e o
⁹⁶¹relacionamento entre conselhos das cidades, outro item é o Seminário da Câmara
⁹⁶²Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana já programado, outro item é a
⁹⁶³formação de uma comissão sendo um de cada segmento para trabalhar a questão do
⁹⁶⁴orçamento do conselho para 2011. Em seguida a palavra é passada para o
⁹⁶⁵conselheiro Sirlei César de Oliveira que sugere como item de pauta um calendário
⁹⁶⁶para as reuniões do conselho e foi informado pela secretaria executiva que este tema
⁹⁶⁷já está definido desde a primeira reunião ocorrida nesse ano. E sugere também
⁹⁶⁸estabelecimento de um prazo ou de uma sistemática de como distribuir os crachás
⁹⁶⁹dos titulares para os suplentes quando os titulares chegam atrasados na reunião e
⁹⁷⁰este crachá já foi distribuído ao suplente. Em seguida toma a palavra o conselheiro
⁹⁷¹Anselmo Schwertner que sugere uma discussão sobre a questão do CADMUT e outra
⁹⁷²questão é como vamos resolver a questão dos contratos de gaveta que a população
⁹⁷³menos favorecida não tem como resolver a vai lá alguém com mais recursos e adquire
⁹⁷⁴estes contratos o que desfavorece a questão habitacional de menor renda. Em
⁹⁷⁵seguida o conselheiro Ronald Peixoto Drabik sugere como item de pauta que os
⁹⁷⁶assuntos do conselho estadual sejam repassados aos conselhos municipais para
⁹⁷⁷conhecimento. Com a finalização das sugestões dos itens de pauta para a próxima
⁹⁷⁸reunião o senhor Mário João Figueiredo diz que está havendo certa confusão nos
⁹⁷⁹encaminhamentos, pois alguns assuntos estão sendo misturados e isso se deve a
⁹⁸⁰falta na pauta de um item de assuntos gerais para fazer a separação dos assuntos
⁹⁸¹que os conselheiros estão encaminhando. Outra questão é que muitos assuntos para
⁹⁸²serem discutidos não estabelecem uma prioridade de assunto e as discussões de
⁹⁸³todos os assuntos encaminhados demandarão certamente bem mais tempo do que o
⁹⁸⁴que temos sendo assim proponho um amadurecimento de alguns temas para serem
⁹⁸⁵discutidos na próxima reunião de qual será a pauta adequada ou mais enxuta para
⁹⁸⁶discussão e também com relação ao envio de correspondência aos conselhos
⁹⁸⁷municipais o mais adequado a fazer é divulgar o portal do conselho que já possui uma
⁹⁸⁸série de informações e todos aqueles que queiram saber das questões e
⁹⁸⁹encaminhamentos podem acompanhar, pois as informações são todas divulgadas lá.
⁹⁹⁰A visitante Terezinha Aparecida de Lima sugere que os e-mails enviados aos
⁹⁹¹conselheiros sejam encaminhados também as suas entidades para que as mesmas
⁹⁹²acompanhem seus representantes. Em não havendo nada mais a relatar, o senhor
⁹⁹³Mário João Figueiredo da por encerrada a reunião às 18 horas e vinte minutos, que foi

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁹⁹⁴anotada pela conselheira Ana Carmen de Oliveira do SindARQ-Pr e transcrita por mim
⁹⁹⁵Antonio Weinhardt Junior, Secretário Executivo do Conselho Estadual das Cidades e
⁹⁹⁶homologada em reunião ordinária. Abaixo segue a relação dos presentes.-----

Mário João Figueiredo - Diretor Geral da SEDU

Antonio Weinhardt Junior - Secretario Executivo do CONCIDADES PARANÁ

Conselheiros:

1)Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento

2)Ana Carmen de Oliveira

3)Ana Cláudia Bento Graf

4)Anselmo Schwertner

5)Carlos Alberto Lima

6)Daniel Teixeira da Cruz

7)Elaine Stalbaum

8)Elizabeth Bueno Cândido

9)Hilma de Lourdes Santos

10)Jefferson Wanderlei Pallú

11)José Aparecido Leite

12)Kurt Nielsen Junior

13)Leovalda Rodrigues Moreira

14)Luiz Antonio de Oliveira Rosa

15)Luiz Carlos da Silva Herlain

16)Maria das Graças Silva de Souza

17)Maria Helena Gusso Mattos

18)Mario César Marcondes

19)Mirabel Caldeira Lopes

20)Pépe Roberto Salvatierra Maldonado

21)Ronald Peixoto Drabik

22)Sérgio Ahrens

23)Silvio José Gonçalves

24)Simone Fátima Campos Cogo

25)Sirlei Cesar de Oliveira

26)Urânia Flores da Cruz Freitas

27)Valdir Aparecido Mestriner

28)Valdir Grígolo

29)Valter Fanini